


**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO PONTE ENTRE SABERES ACADÊMICOS E  
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

**UNIVERSITY EXTENSION AS A BRIDGE BETWEEN ACADEMIC KNOWLEDGE AND  
SOCIAL TRANSFORMATION**

**LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA COMO PUENTE ENTRE EL CONOCIMIENTO  
ACADÉMICO Y LA TRANSFORMACIÓN SOCIAL**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n6-346>

**Data de submissão:** 30/05/2025

**Data de publicação:** 30/06/2025

**Leonardo Sampaio Baleeiro Santana**  
Mestre em Educação  
Universidade Federal do Tocantins

**Neila Barbosa Osório**  
Pós-Doutora em Educação  
Universidade Federal do Tocantins

**Wesquisley Vidal de Santana**  
Doutor em Educação na Amazônia  
Universidade Federal do Tocantins

**Valter Henrique da Silva Santos**  
Mestre em Ciências Florestais e Ambientais  
Universidade Federal do Tocantins

**Leila Cardoso Machado**  
Mestre em Linguística Aplicada  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

**Francijanes Alves de Sousa Sá**  
Mestre em Educação  
Universidade Federal do Tocantins

**Claudiany Silva Leite Lima**  
Mestre em Biotecnologia  
Universidade Federal do Tocantins

**Valmir Fernandes de Lira**  
Mestre em Educação  
Universidade Federal do Tocantins

**Andre Ribeiro de Goveia**  
Mestre em Educação  
Universidade Federal do Tocantins

**Samuel Marques Borges**  
Mestrando em Educação  
Universidade Federal do Tocantins

**Antonia Raquel Lima Camargo Zottos**  
Especialista em Trabalho Social com Família  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

**Kelly Vanessa Teixeira**  
Especialista em Governança e Inovação no Turismo  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

**Andreia Firmino de Sousa Brito**  
Especialista em Linguística Aplicada  
Universidade Federal do Tocantins

**Orcimar Sousa Gomes de Amorim**  
Especialista em Educação Matemática  
Universidade Estadual do Tocantins

**Izza Troncoso Cunha de Brito**  
Especialista em Formação de Contadores de Histórias  
Faculdade Campos Elísios

**Taynara Araújo Chaves**  
Especialista em Educação Física Escolar  
Instituto Federal do Tocantins

**Nair Gonçalves Rech**  
Graduada em Filosofia  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

**Osiana Lustosa dos Santos**  
Graduada em Pedagogia  
Universidade Federal do Tocantins

**Matheus Sousa da Silva Marques**  
Graduado em Geografia  
Universidade Estadual do Pará

---

## RESUMO

Este estudo analisa a extensão universitária como uma ponte fundamental entre os saberes acadêmicos e a transformação social, destacando sua importância na promoção de processos emancipadores e de democratização do conhecimento. A pesquisa parte da compreensão de que a extensão, para além de uma função complementar, configura-se como princípio orientador das práticas universitárias, possibilitando a construção de vínculos dialógicos entre a universidade e a sociedade. O trabalho investiga as concepções que orientam as ações extensionistas, problematiza os desafios institucionais para sua efetivação plena e discute as potencialidades da extensão como espaço de produção de saberes socialmente referenciados e de fortalecimento das comunidades. A análise fundamenta-se em

referencial teórico crítico e em marcos normativos que consolidam a extensão como dimensão indissociável do ensino e da pesquisa, apontando para sua centralidade na construção de uma universidade socialmente comprometida.

**Palavras-chave:** Extensão universitária. Transformação social. Saberes acadêmicos.

### **ABSTRACT**

This study analyzes university extension as a fundamental bridge between academic knowledge and social transformation, emphasizing its importance in promoting emancipatory processes and the democratization of knowledge. The research is based on the understanding that extension, beyond a complementary function, constitutes a guiding principle for university practices, enabling the construction of dialogical links between the university and society. The work investigates the conceptions that guide extension actions, problematizes the institutional challenges for its full implementation, and discusses the potential of extension as a space for producing socially referenced knowledge and strengthening communities. The analysis is grounded in critical theoretical frameworks and regulatory frameworks that consolidate extension as an inseparable dimension of teaching and research, pointing to its centrality in building a socially committed university.

**Keywords:** University extension. Social transformation. Academic knowledge.

### **RESUMEN**

Este estudio analiza la extensión universitaria como puente fundamental entre el conocimiento académico y la transformación social, destacando su importancia para promover procesos emancipatorios y la democratización del conocimiento. La investigación parte de la comprensión de que la extensión, además de su función complementaria, se configura como un principio rector de las prácticas universitarias, permitiendo la construcción de vínculos dialógicos entre la universidad y la sociedad. El trabajo investiga los conceptos que guían las acciones de extensión, problematiza los desafíos institucionales para su plena implementación y discute el potencial de la extensión como espacio para la producción de conocimiento socialmente referenciado y el fortalecimiento de las comunidades. El análisis se basa en un marco teórico crítico y marcos normativos que consolidan la extensión como una dimensión inseparable de la docencia y la investigación, señalando su centralidad en la construcción de una universidad socialmente comprometida.

**Palabras clave:** Extensión universitaria. Transformación social. Conocimiento académico.

## 1 INTRODUÇÃO

A universidade, enquanto instituição social, sempre desempenhou papel importante na produção e na difusão do conhecimento, porém, historicamente, essa atuação esteve, muitas vezes, restrita aos limites físicos e simbólicos do espaço acadêmico. Essa configuração gerou, ao longo do tempo, um distanciamento entre o saber científico e as demandas concretas das comunidades, provocando uma separação que comprometeu a função social da universidade. Foi nesse contexto que a extensão universitária emergiu como uma estratégia potente de aproximação entre academia e sociedade, buscando romper com a lógica excludente e estabelecer vínculos mais democráticos e dialógicos.

Essa aproximação não ocorreu de forma espontânea ou natural, mas resultou de uma série de processos históricos e políticos que tensionaram a universidade a assumir um compromisso social mais efetivo. Especialmente a partir da segunda metade do século XX, com o fortalecimento dos movimentos sociais e das reivindicações populares por acesso à educação, saúde e outros direitos, as instituições de ensino superior passaram a ser cobradas por uma atuação mais direta na resolução de problemas sociais e no enfrentamento das desigualdades estruturais. A extensão, nesse cenário, passou a ser reconhecida como um caminho para concretizar esse compromisso.

No Brasil, esse movimento ganhou força com a crescente institucionalização da extensão universitária, culminando em importantes marcos legais e políticos que estabeleceram diretrizes para sua prática. A Resolução CNE/CES nº 7/2018, por exemplo, consolidou a extensão como dimensão indissociável do ensino e da pesquisa, obrigando as universidades a incluí-la em sua matriz curricular e reconhecendo sua importância na formação integral dos estudantes. Esse avanço normativo representa um passo fundamental para a superação da concepção assistencialista da extensão, reposicionando-a como prática transformadora.

Entretanto, apesar desse reconhecimento formal, persistem desafios que limitam a efetividade da extensão universitária como ponte entre saberes acadêmicos e transformação social. Muitos programas e projetos extensionistas ainda são concebidos como atividades complementares, de caráter voluntário, sem articulação sistemática com os processos formativos e com as linhas de pesquisa das instituições. Essa fragmentação compromete o potencial da extensão de promover transformações, tanto no âmbito das comunidades atendidas quanto na própria cultura universitária.

Nesse sentido, justifica-se a realização deste estudo, que busca compreender as dinâmicas transformadoras da extensão universitária no contexto social brasileiro, analisando suas potencialidades, limites e desafios. A escolha desse objeto se fundamenta na importância de fortalecer a extensão como espaço de diálogo entre universidade e sociedade, reconhecendo sua capacidade de

produzir conhecimento socialmente referenciado e de contribuir para o enfrentamento das desigualdades. Além disso, o estudo se propõe a problematizar a extensão como instrumento de democratização do saber e de construção cidadã.

O problema que orienta esta investigação pode ser formulado a partir da seguinte indagação: como a extensão universitária se configura como ponte efetiva entre os saberes acadêmicos e a transformação social? Essa pergunta orienta a análise das práticas extensionistas, buscando identificar em que medida elas são capazes de romper com modelos tradicionais de intervenção, caracterizados pela unidirecionalidade, e instaurar processos participativos e dialógicos que promovam a emancipação dos sujeitos e o fortalecimento das comunidades.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a extensão universitária como instrumento de articulação entre universidade e sociedade, com foco em sua capacidade de promover transformações sociais a partir do diálogo entre saberes. Como objetivos específicos, pretende-se: a) compreender as concepções que orientam a prática extensionista; b) identificar os principais desafios enfrentados pelas instituições na efetivação da extensão como dimensão formativa; e c) discutir as estratégias que potencializam sua função social.

Para sustentar a análise proposta, foram mobilizados referenciais teóricos que contribuem para uma compreensão crítica da extensão universitária. Destacam-se as contribuições de Santos (2012), ao discutir a extensão como função, comunicação ou princípio; de Paula (2013), que contextualiza historicamente a emergência da extensão no Brasil; de Cruz (2017), ao apresentar a extensão popular como prática emancipadora; além dos marcos normativos estabelecidos pela Resolução CNE/CES nº 7/2018 e pela Constituição de 1988, que reforçam o compromisso social da universidade. Essas referências permitem problematizar a extensão não apenas como prática acadêmica, mas como processo político, cultural e social imbricado nas dinâmicas históricas do país.

## 1.1 METODOLOGIA

Para a construção deste estudo, optou-se por uma abordagem qualitativa, que permite a compreensão profunda dos fenômenos sociais relacionados à extensão universitária e sua capacidade transformadora. A escolha dessa abordagem decorre da necessidade de captar, para além de dados quantitativos, as nuances, significados e interpretações que os sujeitos envolvidos nas práticas extensionistas atribuem às suas experiências e vivências.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa mostra-se adequada por possibilitar a análise de aspectos subjetivos e complexos, tais como as percepções dos estudantes e professores sobre o impacto social da extensão e o modo como a universidade se relaciona com as comunidades. Conforme orientam

Lakatos e Marconi (2003), a abordagem qualitativa é indicada quando o objetivo da investigação é compreender o comportamento humano sob a ótica do próprio sujeito, valorizando suas representações, sentimentos e significados.

A natureza exploratória deste estudo também se justifica pela intenção de aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas transformadoras da extensão universitária, identificando seus limites, potencialidades e desafios. O caráter exploratório permite flexibilizar o percurso metodológico, ajustando os procedimentos à medida que novos dados e interpretações emergem, o que enriquece a análise e amplia a compreensão do fenômeno investigado.

Para a coleta de dados, foram utilizados materiais bibliográficos e documentais, com especial atenção à legislação vigente sobre a extensão universitária, tais como a Resolução CNE/CES nº 7/2018, bem como a literatura científica produzida sobre o tema. Esse procedimento metodológico é coerente com o que propõem Lakatos e Marconi (2003), ao indicarem que a pesquisa bibliográfica constitui uma etapa fundamental para a fundamentação teórica de investigações que buscam analisar criticamente as práticas sociais, permitindo a sistematização e a interpretação de ideias já elaboradas sobre o objeto de estudo.

Além da pesquisa bibliográfica, procedeu-se à análise de experiências extensionistas relatadas em artigos acadêmicos e documentos institucionais, selecionados a partir de critérios de relevância. A triangulação dessas fontes permitiu uma visão ampla e integrada do objeto, reforçando a validade e a confiabilidade da pesquisa.

Esses dados coletados foram organizados e analisados à luz dos referenciais teóricos que sustentam este trabalho, com especial atenção às contribuições que enfatizam a dimensão emancipadora da extensão universitária, onde a análise buscou identificar categorias centrais relacionadas às dinâmicas da extensão, tais como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a valorização dos saberes populares e a promoção de processos formativos críticos e participativos.

## **2 DINÂMICAS TRANSFORMADORAS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO SOCIAL**

A extensão universitária, ao longo das últimas décadas, consolidou-se como um espaço essencial para a promoção de mudanças sociais e para a ampliação da atuação das universidades junto às comunidades. Essa atuação, entretanto, não é homogênea e tampouco isenta de tensões conceituais. Como assevera Santos,

“para umas, ela é ‘função’, semelhante ao ensino e à pesquisa, que realiza os compromissos sociais da universidade; para outras, é comunicação, em que a extensão divulga e complementa as atividades de ensino e pesquisa; e, para outras, ainda, é princípio, uma vez que todas as outras atividades passam a ser definidas a partir da extensão” (Santos, 2012, p. 15).

Essa multiplicidade de sentidos revela os desafios da extensão universitária. Quando percebida apenas como função, há um risco evidente de sua marginalização frente às tradicionais atividades de ensino e pesquisa. Quando entendida como comunicação, corre-se o perigo de resvalar em práticas meramente assistencialistas ou de difusão vertical do conhecimento. Por outro lado, considerá-la como princípio significa reconhecer sua capacidade de redefinir o próprio ethos universitário, tornando-se um norte que orienta e reorganiza todas as práticas acadêmicas (Santos, 2012, p. 15).

Discutir essas três acepções é, portanto, fundamental para compreender como a extensão pode ou não cumprir seu papel transformador na sociedade. A ideia da extensão como princípio parece ser a mais coerente com uma perspectiva democrática e emancipadora da universidade, pois rompe com a lógica da universidade como “torre de marfim” e a coloca como agente ativo nas dinâmicas sociais (Santos, 2012, p. 15).

Essa concepção também se insere num contexto histórico específico. Conforme observa Paula,

“é nesse contexto, em que o Estado e outras instituições responsáveis pela manutenção da ordem social despertaram para a necessidade de oferecer políticas capazes de atender/neutralizar reivindicações operário-populares, que também as universidades se voltaram, de fato, para a questão social, inicialmente, e, depois, para um amplo conjunto de campos e interesses” (Paula, 2013, p. 9).

A análise de Paula permite situar a extensão universitária como uma resposta, em parte institucional, a pressões sociais oriundas dos movimentos populares e das demandas sociais reprimidas. Esse dado histórico é crucial: a extensão não nasceu por iniciativa espontânea das universidades, mas como desdobramento das tensões sociais que exigiram delas uma posição mais ativa e socialmente comprometida (Paula, 2013).

Esse vínculo estrutural entre extensão e movimentos sociais evidencia seu caráter político. Não se trata de uma atividade neutra ou desinteressada, mas, antes, de um instrumento de mediação entre a universidade e as transformações sociais em curso. Assim, a extensão passa a ser concebida como um espaço de disputa de sentidos e projetos de sociedade, o que reforça a ideia de que sua dimensão não pode ser reduzida a um conjunto de ações pontuais.

Nesse processo, a extensão universitária cumpre uma função fundamental na democratização do acesso ao conhecimento. Ela potencializa a circulação dos saberes produzidos na universidade, ao mesmo tempo que reconhece e valoriza os saberes populares, estabelecendo uma relação dialógica que se afasta da perspectiva hierárquica tradicional do ensino. Como defendia Paulo Freire (2015), a



extensão precisa ser compreendida não como mera transmissão, mas como comunicação, como encontro entre saberes.

A Resolução CNE/CES nº 7/2018 reconheceu esse papel e buscou institucionalizar a extensão como dimensão indissociável da formação acadêmica. O documento estabelece que

“a extensão na educação superior brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade” (Brasil, 2018).

Esse reconhecimento normativo é fundamental, pois rompe com a concepção da extensão como atividade periférica, afirmando-a como componente estruturante dos processos formativos. Mais do que isso, legitima a extensão como espaço de produção de conhecimento e não apenas como aplicação do que é produzido em outras esferas acadêmicas (Brasil, 2018).

As dinâmicas transformadoras da extensão manifestam-se, sobretudo, quando ela assume uma dimensão emancipadora, rompendo com a lógica tradicional da universidade e estabelecendo vínculos orgânicos com as comunidades. Cruz propõe a ideia de extensão popular, caracterizada como um *“processo de construção de um fazer universitário humanizante, emancipador e compromissado com os grupos socialmente excluídos”* (Cruz, 2017, p. 13).

A extensão popular, ao se comprometer com os grupos historicamente marginalizados, reconfigura as relações entre universidade e sociedade, deslocando o foco da assistência para o empoderamento e a emancipação. Nesse sentido, as ações extensionistas deixam de ser vistas como favores ou concessões e passam a ser compreendidas como práticas políticas de transformação social (Cruz, 2017, p. 13).

Esse caráter político e emancipador da extensão torna-se ainda mais evidente quando se observa o conjunto de atividades que ela abarca. Conforme Cruz descreve, essas ações incluem

coletivas e de mobilização; atividades educativas, com rodas de conversa e círculos de cultura; reuniões políticas e de articulação; oficinas para trabalhar as dimensões artísticas, culturais e reflexivas dos sujeitos participantes; dinâmicas capazes de integrar mais o grupo envolvido e gerar análises sobre as ações; místicas, muito influenciadas pela tradição pedagógica dos movimentos sociais; assessorias e consultorias, com conhecimentos científicos específicos à resolução de alguns problemas emergentes sentidos na vida em comunidade; e visitas domiciliares, onde se favorece a criação de vínculos e o trabalho a partir das dimensões mais subjetivas (Cruz, 2017, p. 63).

Esse detalhamento evidencia a diversidade das práticas extensionistas. Não se trata apenas de atividades acadêmicas, mas de processos integrados de formação, intervenção e pesquisa, que promovem transformações nos sujeitos e nas comunidades envolvidas (Cruz, 2017, p. 63).



O reconhecimento da extensão como processo formativo e transformador também aparece na análise de Arroyo e Rocha, ao destacarem a importância de processos de avaliação que considerem a especificidade das ações extensionistas. Para eles, a avaliação da extensão deve ultrapassar os critérios tradicionais da academia e incorporar dimensões éticas, políticas e sociais que são inerentes a essas práticas (Arroyo; Rocha, 2010).

A gênese da extensão universitária brasileira, como afirmam Batista e Kerbauy, está relacionada ao contexto de formação do ensino superior no país e às pressões sociais por democratização do acesso à educação e à produção científica. Nesse sentido, a extensão surge como uma resposta política às demandas sociais por maior inclusão e participação nas universidades (Batista; Kerbauy, 2018).

Esse percurso histórico reforça a ideia de que a extensão universitária é, antes de tudo, uma prática socialmente situada, que não pode ser dissociada dos processos históricos e políticos que moldam as relações entre universidade e sociedade (Batista; Kerbauy, 2018).

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão, por sua vez, é fundamental para que a universidade cumpra plenamente sua função social. Dias destaca que a indissociabilidade entre essas três dimensões é condição indispensável para que a universidade não se feche em si mesma, mas se coloque a serviço da sociedade (Dias, 2009).

A extensão universitária, nesse sentido, aparece como uma via privilegiada para promover a democratização do conhecimento e a formação cidadã dos estudantes. Ao participar de ações extensionistas, os estudantes ampliam sua formação acadêmica, desenvolvem competências políticas e éticas e, sobretudo, experienciam a prática do compromisso social (Passos; Lohn, 2022).

Além disso, a extensão possibilita à universidade responder de forma mais eficaz às demandas sociais emergentes, articulando conhecimentos teóricos e práticos na busca por soluções para problemas concretos. A experiência de 20 anos relatada por Cruz et al. demonstra como a extensão pode fortalecer o compromisso social das instituições e consolidar práticas sustentáveis de atuação junto às comunidades (Cruz et al., 2011).

É nesse processo que se evidencia o caráter transformador da extensão: ao mesmo tempo em que promove mudanças nas comunidades, transforma também a universidade, desafiando-a a repensar suas práticas, seus currículos e suas formas de interação social (Freire, 2015).

Em síntese, as dinâmicas transformadoras da extensão universitária não se restringem a intervenções pontuais, mas constituem um movimento contínuo de construção de vínculos, de produção compartilhada de saberes e de transformação social e institucional (Paula, 2013, p. 9).

Assim, compreender a extensão universitária como uma dimensão transformadora exige reconhecer sua complexidade, sua historicidade e sua potência política, bem como assumir o

compromisso com práticas que promovam efetivamente a justiça social e a democratização do conhecimento (Santos, 2012, p. 15).

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados obtidos a partir da análise das experiências e concepções relacionadas à extensão universitária revelam uma forte convergência entre a prática extensionista e a promoção de transformações sociais significativas. Ao mesmo tempo, indicam que a extensão ainda é um campo tensionado, permeado por desafios institucionais, resistências internas e limitações estruturais que precisam ser enfrentadas para que seu potencial emancipador se efetive.

Um dos principais achados refere-se à percepção da extensão como dimensão formativa indispensável à construção de uma universidade comprometida com a justiça social. Os relatos de estudantes e professores envolvidos em projetos extensionistas apontam para uma mudança de paradigma na formação acadêmica: deixam de ser sujeitos passivos do processo educacional para se tornarem agentes críticos, atuantes e comprometidos com a transformação da realidade social que os cerca (Passos; Lohn, 2022). Essa mudança de postura não ocorre sem tensões, pois muitas vezes a cultura universitária ainda privilegia atividades centradas exclusivamente na produção científica tradicional e no ensino formal.

Os dados também mostram que a extensão universitária, quando estruturada a partir de processos dialógicos e participativos, rompe com a lógica verticalizada de transmissão de saberes, instaurando uma relação horizontal entre universidade e sociedade. Esse aspecto foi reiteradamente destacado pelas comunidades envolvidas nas ações, que passaram a perceber a universidade como uma aliada na resolução de problemas concretos, e não mais como uma instituição distante e inacessível (Cruz, 2017). O caráter dialógico da extensão é, portanto, um dos elementos que mais contribuem para sua legitimidade social e para o fortalecimento de vínculos duradouros entre a academia e os diferentes setores sociais.

Entretanto, apesar dos avanços normativos expressos na Resolução CNE/CES nº 7/2018, que reconhece a extensão como atividade integrada à matriz curricular, constatou-se que muitas universidades ainda enfrentam dificuldades em implementar plenamente essa diretriz. As resistências se manifestam tanto na falta de compreensão sobre o papel estratégico da extensão quanto na carência de políticas institucionais que incentivem sua valorização e ampliação (Brasil, 2018). Essa situação indica que, embora o marco legal esteja consolidado, a efetividade da extensão como dimensão transformadora ainda depende de mudanças culturais e organizacionais dentro das instituições de ensino superior.

As ações analisadas mostram que, ao se inserir nas comunidades, a universidade é desafiada a relativizar seus próprios referenciais epistemológicos, abrindo-se ao diálogo com formas de conhecimento que tradicionalmente foram marginalizadas ou invisibilizadas pelo discurso científico hegemônico (Freire, 2015). Esse movimento não apenas enriquece a produção de conhecimento, mas também potencializa a capacidade da universidade de promover transformações sociais, ao atuar diretamente sobre os problemas concretos vivenciados pelas populações com as quais interage.

Ao mesmo tempo, ficou evidente que as experiências mais exitosas de extensão são aquelas que incorporam metodologias participativas, tais como rodas de conversa, oficinas comunitárias, assessorias técnicas e visitas domiciliares, como bem descreve Cruz (2017). Essas metodologias não apenas facilitam a inserção da universidade nas comunidades, mas também promovem a construção de vínculos afetivos e políticos que sustentam processos contínuos de transformação social. A dimensão afetiva e relacional da extensão, muitas vezes negligenciada, aparece como elemento central na construção de uma universidade socialmente referenciada.

Contudo, a análise também evidenciou limites importantes. Em várias situações, a extensão ainda é concebida como atividade complementar e opcional, dissociada do núcleo duro da formação acadêmica. Isso cria uma fragmentação que compromete sua efetividade e impede que a universidade realize plenamente seu compromisso social. Como já alertavam Arroyo e Rocha (2010), a extensão precisa ser pensada como dimensão estruturante da missão universitária, superando a concepção utilitarista que a reduz a instrumento de marketing institucional ou a mecanismo de captação de recursos.

A discussão também revelou que, embora a extensão seja cada vez mais reconhecida como espaço de produção de conhecimento, ainda há um predomínio da visão que a identifica como simples aplicação prática de saberes já produzidos. Essa visão reduz a potência da extensão e compromete sua capacidade de atuar como locus de construção compartilhada do conhecimento, em interação direta com as comunidades (Santos, 2012). Assim, é preciso reforçar a concepção da extensão como princípio orientador das práticas acadêmicas, capaz de ressignificar o próprio fazer científico e pedagógico.

Os relatos colhidos durante a pesquisa destacaram a importância da extensão na formação cidadã dos estudantes. Muitos deles afirmaram que, a partir das experiências extensionistas, passaram a compreender melhor as desigualdades sociais e as formas de exclusão que caracterizam a realidade brasileira, desenvolvendo uma postura ética e política mais sensível e comprometida com a transformação social (Passos; Lohn, 2022). Esse resultado confirma a centralidade da extensão na formação integral e crítica, articulando competências técnicas e indispensáveis ao exercício profissional e à atuação cidadã.

Por outro lado, algumas experiências analisadas apontaram para a necessidade de aprofundar a formação docente para a atuação extensionista. Muitos professores relataram dificuldades em planejar e conduzir ações extensionistas que sejam, ao mesmo tempo, academicamente rigorosas e socialmente relevantes. Esse dado revela um desafio importante: é preciso investir na formação pedagógica dos docentes, capacitando-os para atuar de forma integrada nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, conforme preconiza a legislação educacional brasileira (Brasil, 2018).

A análise das práticas extensionistas também mostrou que a extensão é um espaço privilegiado para a promoção de processos de emancipação social. Quando bem estruturada, ela contribui para o fortalecimento das comunidades, para a valorização de saberes e culturas locais e para a construção de alternativas de desenvolvimento mais justas e sustentáveis (Cruz, 2017). Nessa perspectiva, a extensão deixa de ser uma ação pontual e torna-se um processo contínuo de mobilização social e construção de cidadania.

Porém, essa potencialidade transformadora da extensão depende de políticas públicas que garantam financiamento adequado, infraestrutura e reconhecimento institucional. A falta desses elementos compromete a continuidade das ações e limita sua abrangência e impacto social. Assim, é imprescindível que o Estado e as instituições de ensino assumam a extensão como prioridade estratégica, garantindo os recursos e as condições necessárias para sua plena efetivação (Batista; Kerbaux, 2018).

As discussões também evidenciaram que a extensão pode desempenhar um papel importante na superação das desigualdades regionais no Brasil. Em muitas comunidades, especialmente nas regiões mais vulneráveis, a presença da universidade através de ações extensionistas representa uma oportunidade única de acesso a serviços, conhecimentos e tecnologias que, de outra forma, estariam fora do alcance dessas populações (Paro, 2021). Assim, a extensão atua como instrumento de democratização e justiça social.

A partir das experiências extensionistas, as instituições de ensino superior são chamadas a repensar sua inserção social, ampliando sua atuação para além dos limites físicos do campus e assumindo-se como parte ativa nos processos de desenvolvimento local e regional (Paula, 2013). Esse movimento implica uma mudança profunda na cultura universitária, exigindo a valorização de práticas interdisciplinares, colaborativas e socialmente comprometidas.

Além disso, os resultados indicam que a extensão universitária, quando pautada por princípios éticos e democráticos, contribui significativamente para o fortalecimento da democracia e da participação social. Ao estabelecer canais de diálogo entre a universidade e os diversos setores da

sociedade, a extensão promove o exercício da cidadania e fortalece os laços comunitários, estimulando processos de organização e mobilização social (Cruz et al., 2011).

As experiências analisadas também demonstram que a extensão é espaço privilegiado para a produção de inovações sociais. Muitas ações extensionistas resultaram na criação de novas metodologias de intervenção, de tecnologias sociais e de processos colaborativos que se mostraram eficazes na resolução de problemas concretos enfrentados pelas comunidades (Arroyo; Rocha, 2010). Esse caráter inovador da extensão reforça sua importância estratégica no âmbito da educação superior e no desenvolvimento social.

Contudo, permanece o desafio de consolidar a extensão como um princípio institucional e não apenas como uma prática isolada. Para que a extensão cumpra plenamente seu papel transformador, é necessário que ela seja concebida e implementada como parte integrante e indissociável do projeto político-pedagógico das instituições de ensino superior, orientando suas práticas e redefinindo suas prioridades (Santos, 2012).

Os resultados apontam para a necessidade de fortalecer as redes de colaboração entre universidades, movimentos sociais, organizações não governamentais e governos locais. Essas parcerias são fundamentais para ampliar o alcance das ações extensionistas, promovendo processos de transformação social mais amplos e sustentáveis (Cruz et al., 2011). A extensão universitária, nesse sentido, afirma-se como espaço de articulação e convergência entre diversos atores sociais, comprometidos com a construção de uma sociedade mais democrática.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu reconhecer a extensão universitária como um dos mais importantes instrumentos de articulação entre a universidade e a sociedade, configurando-se como espaço privilegiado para a promoção de transformações sociais significativas. Mais do que uma atividade complementar, a extensão revela-se como um princípio que redireciona as práticas acadêmicas, potencializando processos educativos que valorizam o diálogo, a participação e a construção coletiva de saberes.

Entretanto, ficou evidente que a efetivação plena desse potencial transformador ainda encontra obstáculos significativos, como resistências institucionais, falta de políticas de valorização e limitações estruturais que restringem a inserção da extensão na matriz formativa das universidades. Superar esses desafios exige não apenas mudanças normativas, mas uma profunda transformação na cultura universitária, pautada pelo compromisso ético e político com a justiça social, a democratização do conhecimento e a valorização dos saberes populares.

Diante desse cenário, reafirma-se a necessidade de consolidar a extensão universitária como dimensão central e estratégica da missão institucional das universidades, ampliando sua capacidade de incidir sobre as desigualdades sociais e de contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva. A extensão, quando realizada de forma crítica, participativa e emancipadora, transforma não apenas os contextos sociais em que atua, mas também a própria universidade, qualificando-a como espaço vivo de aprendizagem, cidadania e transformação.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, D. M. P.; ROCHA, M. S. P. M. L. Meta-avaliação de uma extensão universitária: estudo de caso. *Avaliação*, Campinas, v. 15, n. 2, p. 131-157, 2010. Doi: 10.1590/S1414-40772010000200008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/KTgP6wrJ6QDbJZyBNpsxYJd/?lang=pt>. Acesso em: 19 mai. 2025.

BATISTA, Zenilde Nunes; KERBAUY, Maria Teresa Micely. A gênese da extensão universitária brasileira no contexto de formação do Ensino Superior. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 13, n. 3, p. 916-930, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11178>. Acesso em: 20 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808). Acesso em: 19 mai. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. Extensão popular: processo de construção de um fazer universitário humanizante, emancipador e compromissado com os grupos socialmente excluídos. In: PRADO, Ernande Valentin do et al. *Caderno de extensão popular: textos de referência para a extensão universitária*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017. p. 13-23.

CRUZ, B. P. A. et al. Extensão universitária e responsabilidade social: 20 anos de experiência de uma instituição de ensino superior. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 3-16, set./dez. 2011. Doi: 10.24857/rgsa.v5i3.450. Disponível em: [https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/450/pdf\\_34](https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/450/pdf_34). Acesso em: 2 jul. 2021.

DIAS, A. M. I. Discutindo caminhos para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. *Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física*, Cristalina, v. 1, n. 1, p. 37-52, 2009.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PARO, C. A. (2021). Extensão universitária na transformação social: apontamentos a partir da extensão popular. *Estudos Universitários*, 38(2), 129–162. <https://doi.org/10.51359/2675-7354.2021.251426>. Acesso em: 19 de mai. 2025.

PASSOS, Ana Paula Pereira dos; LOHN, Vanderléia Martins. A percepção dos estudantes e professores sobre a extensão comunitária: um estudo de uma universidade comunitária. *Revista em Extensão*, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 3–26, 2022. DOI: 10.14393/REE-v20n22021-59829. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/59829>. Acesso em: 20 maio. 2025.



PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. Interfaces: Revista de Extensão da UFMG, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930>. Acesso em: 18 mai. 2025.